

# Quebrando a calma: a mobilização dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul pelo cumprimento das leis trabalhistas durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934)

Felipe Figueiró Klován\*

53

**Resumo:** Este artigo analisa os movimentos grevistas dos mineiros de carvão do estado brasileiro do Rio Grande do Sul na década de 1930, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, quando se inicia a elaboração das leis trabalhistas e a organização corporativista de atrelamento do sindicalismo ao Estado. O patronato burla os direitos trabalhistas e o movimento operário passa à defesa do cumprimento das leis existentes. Entre ações judiciais, formação de sindicatos e greves, ao invés de disciplinarização, cooptação e controle por parte do Estado, observa-se o protagonismo operário com uma relativa autonomia em relação ao aparato sindical oficial.

**Palavras-chave:** mineiros de carvão; justiça; sindicato.

**Abstract:** The present article analyzes the strike movements of the coal miners from the Brazilian state of Rio Grande do Sul through the 1930s, during the Provisional Government of Getúlio Vargas, when the drafting of labor laws and the corporatist organizational linkage of trade unions to the State had been started. The employers fraud labor rights and the labor movement takes place in the defense of the compliance of the existing laws. Besides lawsuits, formation of unions and strikes, instead of disciplining, co-optation and control by the State, it is observed the worker leading role with concerning autonomy from the official trade union apparatus.

**Keywords:** coal miners; justice; trade unions.

\* Mestre em História (UFRGS). Este artigo é uma versão do terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado, “Sob o fardo do ouro negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930”, defendida em 2014 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Profa. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen, com bolsa CAPES. E-mail: felipefk@gmail.com.

## Introdução

A comunidade mineira analisada encontrava-se na Região do Baixo Jacuí, no então município de São Jerônimo, pertencente ao estado do Rio Grande do Sul (mais precisamente os seus distritos de Arroio dos Ratos, Butiá e áreas das Minas do Leão e do Recreio) que, durante a década de 1930, abrigava mais de 4.000 mineiros. Somando suas famílias, pode-se sugerir uma população com mais de 15.000 pessoas diretamente ligadas à produção do carvão.<sup>1</sup>

Nesse período, as companhias carboníferas tomaram proporções gigantescas. Para isto, contribuíram vários fatos ocorridos no início dos anos 1930, como o Movimento de 1930. O qual levou Getúlio Vargas ao poder, bem como o processo de substituição de importações que ampliou a industrialização do Brasil. Na esteira da industrialização do país, foi sancionado, entre outras medidas legais nacionalizantes, o Decreto nº. 20.089, de junho de 1931, que obrigava todo importador de minério de carvão a adquirir 10% de produto nacional proporcionalmente ao que utilizava do estrangeiro. Cinco anos depois, o percentual passou para 20%. O Decreto ainda estabeleceu uma série de vantagens aos que adaptaram o seu maquinário ao carvão nacional e, praticamente, isentou o ramo carbonífero nacional de impostos e taxas.

Foi com os variados incentivos governamentais que a indústria do carvão se consolidou no Rio Grande do Sul, atraindo cada vez mais operários para a região das vilas de Arroio dos Ratos, Butiá e Minas do Leão (na época pertencentes ao município de São Jerônimo). As companhias mineradoras de São Jerônimo possuíam o monopólio do mercado regional. Nutriam de combustível os veículos da Viação Férrea deste estado, inclusive, tendo construído a chamada Usina da Volta do Gasômetro (hoje conhecida como “Usina do Gasômetro”), sendo o minério daquelas regiões que a fazia funcionar, gerando energia elétrica para a cidade de Porto Alegre.

Descritos alguns aspectos do histórico da mineração no Rio Grande do Sul, passamos a destacar a perspectiva dos mineiros. Estes trabalhadores devem ser entendidos não apenas pela sua colocação na produção capitalista, mas em toda a sua especificidade econômica, social e cultural. Dentre os trabalhadores modernos, o mineiro é envolto de maneira intensiva por toda uma cultura que perpassa os meios de produção, mas que não se encerra no ambiente de trabalho porque, junto da mina, se ergue toda uma sociedade extrativista com as suas estruturas de moradias, possibilidades restritas e controladas de consumo, atendimento médico, educação, igreja, clubes de lazer e desporto etc., que normalmente são de propriedade ou são cedidas (mas sempre controladas) pela Companhia mineradora. Denominei todo esse complexo de *mina-com-vila-operária*.<sup>2</sup>

Simultaneamente, o trabalho mineiro é também peculiar. O *mineiro furador*,

1 Calcula-se apenas os mineiros grevistas entre 1933-1935. Não se está levando em conta os trabalhadores indiretos, os setores administrativos, os ferroviários e os produtores de hortifrutigranjeiros que trabalhavam para as companhias carboníferas. Também existia uma população urbana no 1º distrito do município bastante significativa, com 6.684 habitantes. Os cálculos apresentados quanto ao número de trabalhadores são modestos, pois Simch exibe o quadro estatístico do município com um total de 38.750 habitantes em toda São Jerônimo, em 1940. SIMCH, Carlos Alfredo. *Monografia do município de São Jerônimo*. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1943.

2 Philippe Ariès chega a denominar essas complexas sociedades erguidas pelas companhias de “civilizações mineiras”, as quais acabam desenvolvendo uma lógica e hierarquia próprias. ARIES, Philippe. *Historie des populations françaises*. Paris, Seuil, 1971 apud ECKERT, Cornelia. *Memória e trabalho: etnologia da duração de uma comunidade de mineiros do carvão (La Grande-Combe, França)*. Curitiba: Appris, 2012, p. 38.

ao descer aos subterrâneos, luta, através da força bruta, diretamente contra a natureza em um ambiente hostil para extrair o carvão do subsolo. A ação das marretas e martelões de ar comprimido suspende no ambiente uma poeira altamente tóxica que adoece os pulmões e, ao fim do turno, ao emergirem das profundezas, diz-se na comunidade carbonífera, que não se sabe exatamente onde termina o carvão e começa o corpo humano, devido ao estado de sujeira desses trabalhadores. Não bastando ainda, o *mineiro tocador de carros* empurra as vagonetas com toneladas do minério por quilômetros sinuosos entre as galerias correndo o risco de ser prensado entre os veículos, enquanto o *mineiro madeireiro* carrega grande responsabilidade, porque precisa estar atento aos caimentos do teto para garantir que não ocorram desabamentos. Estes três tipos de mineiros possuem uma hierarquia na qual os furadores ocupam o primeiro grau em importância, seguindo em ordem decrescente, passando pelo tocador e o madeireiro. Eles compõem a base da comunidade extrativa e demarcam a identidade principal. Nem todos que trabalham na companhia são mineiros propriamente ditos, mas praticamente todos compartilham a identidade que parte dos furadores, tocadores e madeireiros que trabalham nos subsolos.

O trabalho na mineração do Baixo Jacuí gerava um alto grau de desgaste no trabalhador, que passava mais de 10 horas diárias em galerias com pouco mais de um metro de altura infestadas de gases e poeiras. Portanto, em um ambiente facilitador de doenças profissionais, que levavam muitos à invalidez prematura e ao desemprego, com altas metas de produção. As companhias mineradoras erigiam na região todo um sistema *mina-com-vila-operária* organizado ao estilo *cottage system*, com comércio ao estilo *truck system*.<sup>3</sup>

A rotina de trabalho e o cotidiano no sistema *mina-com-vila-operária* influenciou a conformação de uma identidade marcada pela *solidariedade*, necessária pelas próprias condições de trabalho, as quais conduziam o mineiro a cuidar de seus colegas e, assim, reciprocamente, como condição de sobrevivência em função dos perigos do subsolo. A camaradagem emergia dos subterrâneos e invadia o cotidiano da vila operária, manifestando-se nas festas e brincadeiras, na religiosidade e na união por melhores condições de trabalho e de vida. Este “ambiente” proporcionou o surgimento de uma *cultura de classe*, a qual denomino de *tradição de solidariedade mineira*.<sup>4</sup>

\*\*\*

Durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, inicia-se a elaboração mais sistemática das leis trabalhistas e o processo de atrelamento do sindicalismo ao Estado, em uma organização corporativista. Nesse momento, os trabalhadores e também os patrões organizavam-se em sindicatos, explorando esse novo campo

3 Marx e Engels denominam “a existência de casas para os operários de propriedade da própria fábrica onde trabalham” de *cottage system*. Estas residências constituem vilas operárias de mineiros ou outros trabalhadores que se situam isoladas do meio urbano e onde há grande controle das empresas sobre seus empregados. Normalmente o *cottage system* é reforçado pelo *truck system*, o monopólio da circulação mercantil da vila operária, sendo mais precisamente um sistema de venda de gêneros via armazéns, também da própria fábrica, cujos valores são descontados do pagamento do trabalhador, ou então o próprio pagamento do salário é feito em mercadorias. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I*. 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

4 KLOVAN, “Sob o fardo do ouro negro”, p. 46 e 67 e p. 108-114.

de negociação incentivado pelo governo federal.<sup>5</sup> Entretanto, as novas leis trabalhistas não estavam ainda consolidadas. Vargas não conseguia assegurá-las e os patrões tentavam burlá-las.<sup>6</sup> Nesse terreno difícil, os mineiros de carvão utilizavam-se dos instrumentos que estavam disponíveis para assegurar-lhes os novos direitos, através, principalmente, de mecanismos institucionais (como os sindicatos) e jurídicos (como as ações judiciais contra as companhias). Além disso, reelaboravam formas de resistência ao se valerem do instrumento da greve para lutarem por melhores condições de vida. Cabe salientar que essas paralisações não foram puros efeitos naturais, “instintivos”, das experiências dos mineiros, mas derivaram do processamento dessas experiências, de tal forma que acabaram por utilizar instrumentos específicos de conflito e negociação.

Dessa forma, os mineiros de carvão participaram do intenso movimento reivindicativo dos trabalhadores no período 1933-1935. E, assim, ao invés de disciplinarização, cooptação e controle por parte do Estado, como advogam certas interpretações mais tradicionais,<sup>7</sup> o protagonismo operário e o uso, por parte deste, de variadas formas de pressão e negociação, especialmente no campo da legislação, demonstra a sua relativa autonomia em relação ao aparato sindical oficial, assim como vinham fazendo muitas mobilizações de outras categorias pelo Brasil.<sup>8</sup>

Essas mobilizações mineiras condensam uma história de exploração que se desenvolveu por um tempo mais longo e o descontentamento exposto pelos mineiros expande a temporalidade da memória desses trabalhadores. Esse momento de acirramento da luta por melhores condições de vida e trabalho – os anos 1933 a 1935 – expressa a visão desses mineiros sobre a sua experiência de vida no sistema *mina-com-vila-operária*.

Desde que Edward Palmer Thompson percebeu a mediação da experiência no processo da formação da classe operária, significando isto o protagonismo dos sujeitos nesse processo, antes, por vezes, entendido como um efeito automático das relações de produção, a experiência mereceu a atenção dos historiadores do trabalho pelo leque de variáveis que abre para o entendimento da resistência e luta que leva à consciência de identidade de classe e, portanto, da formação da classe.<sup>9</sup> Ainda que autores como Emília Viotti da Costa observem que Thompson não deixou muito claro de que experiências se tratavam e se havia uma hierarquia entre as experiências, sendo algumas mais determinantes do que outras,<sup>10</sup> parece muito provável que se tratavam das experiências dos sujeitos submetidos à exploração econômica inerente ao capitalismo. No caso aqui analisado, a proposta é

5 D'ARAUJO, Maria Celina. “Estado, classe trabalhadora e políticas sociais”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 217-225.

6 GOMES, Angela Maria de Castro; MORAIS FILHO, Evaristo de. “Classes populares, política social e sindicalização”. In: *Seminário internacional A Revolução de 30 (1980: Rio de Janeiro)*. A Revolução de 30. Brasília: Ed. da UnB, 1983, pp. 287, 295 e 297. FORTES, Alexandre (et al.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 31 e 34.

7 Pode-se citar, principalmente: WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. DI TELLA, Torcuato S. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós, 1968.

8 FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 200.

9 THOMPSON. *A formação da classe operária inglesa* (3 vol.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

10 COSTA, Emília Viotti da. “Experiência versus estruturas – novas tendências na história do trabalho e da classe operária na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos?”. *História-UNISINOS*. Número especial: V Encontro Estadual de História. São Leopoldo, 2001.

desvelar diferentes efeitos da experiência de exploração econômica e, por consequência, da opressão política e jurídica, considerando que esta via pode contribuir para entender as formas de resistência e as lutas coletivas que levam à constituição da classe. Mais precisamente, a pesquisa trata do protagonismo dos mineiros de carvão, do Baixo Jacuí, durante a instalação do sindicalismo corporativista, no início da Era Vargas.

## As primeiras mobilizações mineiras

Os 20 que tínhamos obtido das colônias Jaguaré e Lucena eram trabalhadores, porém socialistas, querendo ganhar muito em pouco tempo, e sempre descontentes, tínhamos [sic] desorganizado completamente o serviço, aproveitando-se sempre que nos recrutavam o pessoal nacional para obrigar o gerente interino a aumentar os preços que se lhes pagava por tonelada de carvão extraído, e os salários a todo o pessoal [...]. No 1º de Maio apresentaram novas imposições organizando passeatas com bandeiras encarnadas e manifestações anarquistas e em princípios de Junho tendo sido recrutados todos os nossos mineiros nacionais, maquinistas e foguistas da locomotiva, ferreiro, carpinteiros das oficinas e mais empregados nacionais e muitos estrangeiros até velhos e meninos, de 13 anos, e tomados os cavalos, mulas e carroças da companhia, ficando aqueles mineiros sós em campo, valeram-se deste facto para fazerem como fizeram greve, declarando que não trabalhariam mais nem deixariam qualquer empregado da Companhia trabalhar sem aumento de 25% em todos os preços e ordenados! Assim conservaram-se durante mais de quinze dias em greve.

57

Esta descrição faz parte de um relatório apresentado aos acionistas da Companhia de Arroio dos Ratos. É o registro mais antigo daquela que pode ter sido a primeira greve dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul.<sup>11</sup> Segundo o relato, no 1º de maio de 1895, os operários fizeram uma manifestação com bandeiras encarnadas e, depois, até meninos e velhos pararam em greve pedindo 25% de aumento salarial. O movimento teria interrompido a produção por mais de 15 dias, porém, o embate teria sido “resolvido” após a demissão dos líderes partidistas. Mesmo sem maiores informações a respeito daqueles operários, com suas bandeiras vermelhas, podemos supor que naquela comunidade, praticamente isolada, houve a entrada de militantes de origem estrangeira que trouxeram a influência de ideias socialistas e/ou anarquistas.<sup>12</sup> O processo de proletarização do trabalhador rural já vinha ocorrendo nas minas no final de século XIX e, pelo visto, possivelmente, a inserção de imigrantes europeus com ideais libertários e combativos influenciou na organização local de uma luta que possuía como método a paralisação da produção para a conquista de demandas. Entretanto, deve-se ter em mente que os trabalhadores brasileiros, por mais que se inspiraram nos métodos europeus, sabiam organizar seus sindicatos e paralisar a produção sem necessitar da presença estrangeira.

11 BUNSE, A. W. Henrich. *A mineração de carvão no Rio Grande do Sul: estudo histórico, etnográfico e sociolinguístico*. Porto Alegre: Secretaria de Energia, Minas e Comunicação, 1984.

12 Conforme Petersen e Lucas, não se pode falar em correntes político-ideológicas predominantes ou nitidamente definidas por essa época, pois, como informam as autoras, “no movimento operário da época e na sua imprensa, não há uma definição teórica rigorosa entre as várias correntes socialistas (o próprio marxismo não é perfeitamente definido), nem tampouco entre elas e os vários ‘anarquismos’”. PETERSEN, Sílvia R. Ferraz e LUCAS, Maria Elisabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Tchê!/Ed. da UFRGS, 1992. p. 30.

Nesse sentido, ao analisar as experiências dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul, durante a década de 1930, que levaram à construção dos sindicatos e à organização dos movimentos grevistas, pode-se perceber que as experiências que levaram a estas ações não eram sincrônicas e perpassavam de maneira descompassada o tempo dos eventos aqui tratados. Elas possuíam raízes mais profundas, tanto espacial quanto temporalmente. Também, claro está, que existiram outras formas de resistência, porém será a absorção de ideais elaborados fora dessa comunidade que organizou os mineiros de carvão sul-rio-grandenses com táticas de luta e resistência mais eficientes que as anteriores. Não se nega a importância ou a existência das resistências sub-reptícias, mas esta pesquisa trata dos instrumentos formais-institucionais-organizativos-ideológicos da classe, ou seja, as associações, sindicatos, partidos e greves, e como eles atuavam dentro da dimensão político-ideológica-institucional<sup>13</sup>. Portanto, a luta sindical foi possível através da mescla entre experiência local, oportunidades possibilitadas pela conjuntura política e jurídica e as táticas desenvolvidas pela classe trabalhadora que foram absorvidas por esta comunidade.

No início do século XX, surgem outros relatos de mobilizações mineiras na região, em 1916, quando, em São Jerônimo, em 3 de fevereiro, 250 mineiros pararam para pedir “demissão de um mineiro acusado de provocar um acidente; [...] demissão de um capataz; [...] diminuição do preço da pólvora e mecha fornecidas pela empresa [e a] necessidade de abertura de um poço de ventilação na mina”.<sup>14</sup>

As motivações dessa greve estavam estritamente relacionadas às condições de vida dos mineiros. Como tais trabalhadores viviam em um ambiente desfavorável e perigoso, de extrema vulnerabilidade, o companheirismo deveria estar presente nos mais diferentes momentos do ofício. Ao pedir a demissão de um colega de categoria, estavam demonstrando o quanto era importante essa relação de solidariedade, já que aquele parece ter quebrado o *código de conduta* segundo o qual um mineiro deveria cuidar do outro e vice-versa. Percebe-se, ainda, também, naquela conjuntura, o controle sobre o consumo dos mineiros, mais precisamente, sobre o valor das próprias ferramentas de trabalho. A insalubridade apresentava-se como problema recorrente: não importa a época, lá estavam sempre reclamações sobre a atmosfera sufocante de trabalho, onde predominavam as poeiras tóxicas mal exauridas.

Outra greve ocorreu em 1918. Esta durou do dia 14 até o dia 21 de junho, no distrito de Arroio dos Ratos, quando 400 mineiros pediram “aumento de salário por tonelada de carvão extraído; permissão para sair do interior da mina quando não havia trabalho; nomeação de um fiscal pelos mineiros para controle do peso”. Desta vez, verifica-se uma “parede” vitoriosa.<sup>15</sup>

O controle sobre o peso do carvão, visto que o pagamento era feito por metas diárias, foi constantemente reclamado. Como aponta Machado, diferente de outras regiões mineradoras, o produto em São Jerônimo era pesado após passar por cinco peneiras que retiravam a “moinha” (pó de carvão), também utilizada como combustível.<sup>16</sup> Como o operário que deu essa informação a autora trabalhou em período posterior, parece que, *se a empresa concedeu aos mineiros o*

13 Sobre este processo, ver Klovan, “Sob o fardo do ouro negro”.

14 PETERSEN, Sílvia R. Ferraz. “As greves no Rio Grande do Sul (1890 - 1919)”. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 294.

15 PETERSEN, “As greves no Rio Grande do Sul (1890 - 1919)”, p. 297.

16 MACHADO, Carmen Lúcia Bezerra. “O movimento operário sindical, no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983), p. 202.

controle da pesagem, por outro lado, desenvolveu um modo mais sutil de exploração.

Após estas greves, verificamos uma ausência de relatos sobre formas de resistência organizada e coletiva dos mineiros de carvão à exploração capitalista, como movimentos paredistas ou a criação de alguma organização mutualista ou sindical. Entretanto, não podemos ter certeza de que resistências coletivas e organizadas não ocorreram no período entre 1919 até 1932, porque não foram feitas pesquisas mais sistemáticas sobre esse período e ainda há, de forma geral, poucos dados compilados sobre o movimento operário sul-rio-grandense nesse recorte temporal. Já sobre o ramo da mineração, especificamente, ainda há muita documentação a ser analisada<sup>17</sup>.

Independente desta lacuna temporal, quando não conseguimos localizar a ação mineira na região, parto do pressuposto de que existiu certa continuidade entre as greves que foram apresentadas anteriormente e aquelas das quais falarei adiante, ou seja, infiro que, levando-se em conta o tipo de comunidade semi-isolada que se produziu na Região Carbonífera e a forma de memória forjada naquele local – como a *por tabela*<sup>18</sup> –, pode-se entender que aqueles trabalhadores, *construíram ao longo do tempo uma tradição de luta e de resistência que determina em grande medida a sua identidade social*.

A memória mineira reivindica uma tradição de combatividade que inicia na luta contra a natureza, quando o homem luta contra a pedra nos subterrâneos em um ambiente hostil aos trabalhadores. A memória ainda perpassa a dura vida dos trabalhadores no complexo *mina-com-vila-operária* e serve de catalisadora para a luta por melhores condições de vida, algo ainda hoje gravado na identidade social dessa comunidade.

Os simbolismos gerados pelo combate contra os riscos “naturais” do ofício se estendem ao combate contra a exploração das companhias, porque as greves do passado são lembradas, na maioria das vezes, como um momento de bravura de seus antecessores na mineração.<sup>19</sup>

Partindo desse primeiro pressuposto, da existência de uma tradição de luta e de resistência entre os mineiros de São Jerônimo, serão apresentados agora outros fatores que parecem ter motivado as referidas greves da década de 1930.

Observou-se que a produção do carvão em pedra no Rio Grande do Sul teve forte e contínuo crescimento a partir de 1933 até 1935. Ao mesmo tempo, as companhias carboníferas receberam ajudas financeiras, incentivos fiscais, sendo algumas das empresas que menos tiveram que arcar com impostos para o governo estadual.<sup>20</sup> Por outro lado, esse também foi o ramo que, proporcionalmente ao capital investido, obteve as maiores taxas de lucro, ou seja, além de verem seus

17 Encontram-se no Museu Estadual do Carvão/RS várias toneladas de documentação intocadas pelos pesquisadores referentes ao antigo Consórcio das Empresas de Mineração (CADEM). Trata-se de um conjunto de mapas, fotos, carteiras de trabalho, recortes de jornais, ofícios do sindicato e das empresas, panfletos, diários das minas, correspondências etc.

18 Essas são memórias de acontecimentos dos quais nem sempre a pessoa entrevistada participou, mas que estão tão enraizados – normalmente por constituírem-se como grandes traumas – no imaginário do grupo à qual ela pertence que se torna quase impossível “saber se participou ou não”. POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212 (Rio de Janeiro, 1992).

19 Está claro que resgatar um passado de lutas não é uma exceção dos mineiros do Baixo Jacuí. Cornelia Eckert, ao realizar uma análise antropológica dos mineiros de carvão de La Grand-Combe, na França, verifica algo semelhante. ECKERT, Cornelia. *Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão* (La Grand-Combe, França). Curitiba: Appris, 2012, p. 59-60.

20 Machado informa que a indústria de extração mineral foi o terceiro ramo a pagar menos impostos, só perdendo para as indústrias de papel e de óleos vegetais, conforme o Censo de 1940. MACHADO. “O movimento operário sindical, no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937”, p. 185.

ganhos aumentarem extraordinariamente, devido ao fato de estarem amparadas por leis protetoras, tais empresas igualmente aumentaram os preços,<sup>21</sup> aproveitando-se da obrigatoriedade do consumo do carvão nacional. Ressalte-se, ainda, que naquele período, imperava razoável queda dos preços dos produtos industriais brasileiros o que aumentava ainda mais a percepção do encarecimento do carvão nacional.

Em comemoração ao crescimento da indústria carbonífera (aparentemente, em inversa proporção ao descontentamento dos mineiros), as empresas organizavam banquetes, como o ocorrido na quarta-feira, 5 de setembro de 1933, quando autoridades e “representantes do capital” festejaram a aquisição de novos equipamentos para dar conta do crescimento da demanda. Foram recepcionados em uma festa regada a champanhe a bordo do “grandioso” navio de propriedade da Companhia Carbonífera Rio-Grandense, chamado “Butiá”.<sup>22</sup> As companhias também organizavam visitas às dependências das empresas e os jornais estampavam vários anúncios, muitas vezes ocupando páginas inteiras dos principais jornais do estado.<sup>23</sup>

Por mais que os mineiros vivessem semi-isolados na Região Carbonífera, a imprensa chegava à comunidade de alguma forma e as comparações entre o modo de vida das diferentes classes e avaliações de injustiça, quanto à valoração do trabalho, parece inevitável. Pode ser que, vivendo em um momento de aumento intensivo do trabalho, em situação de carestia e sem pagamentos satisfatórios, diante das manchetes sobre os benefícios estatais, os lucros recordes das companhias carboníferas da região e as notícias sobre as festas e a riqueza da *classe dos proprietários e gestores do capital*, os mineiros ficassem insatisfeitos e compreendessem que o que era pago a eles era inversamente proporcional à sua produtividade e aos ganhos das empresas. Assim, a vivência altamente hierarquizada do complexo *mina-com-vila-operária* e o acesso às informações sobre os ganhos da classe dirigente, possibilitava ao mineiro compreender o *valor-trabalho* e que o salário não se limitava ao tempo necessário à produção e nem que ele flutuava segundo a demanda e oferta de força de trabalho, mas que também era determinado por elementos históricos e morais.<sup>24</sup> Mais do que isso, o valor do salário dos mineiros de carvão do Rio Grande do sul também dependia da forma como era pago (*truck system*) e dos custos de vida controlados pelas empresas mineradoras (*cottage system*).

Dessa forma, a reprodução sociometabólica do capitalismo em São Jerônimo,<sup>25</sup> ou seja, capital, trabalho e Estado agindo em função da expansão capitalista na Região Carbonífera do Rio Grande do Sul, acaba por diferenciar mais claramente as classes principais que movimentavam o complexo do modo de produção e, assim, o conflito, pelo menos neste processo analisado, tendia a se tornar mais agudo.

Para a tradição do materialismo histórico, normalmente parte-se da ideia de que os homens só conhecem o mundo através da ação sobre ele. Dessa forma, as

21 *Correio do Povo*, 22/02/1933.

22 *Correio do Povo*, 06/09/1933.

23 *Correio do Povo*, 26/04/1933, *Correio do Povo*, 09/12/1934 e 16/12/1934; *A Federação*, 01/01/1935.

24 O valor é uma relação social entre pessoas que assume uma forma material específica sob o capitalismo. É justamente essa manifestação específica (em sociedades majoritariamente capitalistas) que permite ao proletariado compreender melhor a sua exploração de maneira menos oculta do que em outras formações sociais. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I. Volume I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 53-172.

25 MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 94-132.



greves serviriam como momentos pedagógicos, ou seja, os grupos e classes subordinadas tomariam consciência de si pela confrontação com outros agrupamentos que possuíssem interesses diferentes. Esse pensamento está latente tanto em *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*<sup>26</sup> de Engels, como em *Miséria da filosofia*<sup>27</sup> de Marx. Para eles, os conflitos isolados, como as greves, tendem a evoluir para uma luta mais consciente e, portanto, organizada<sup>28</sup>.

Quando Thompson analisa os movimentos de trabalhadores, durante o processo da Revolução Industrial, em um momento de transição do Antigo Regime ao capitalismo moderno industrial, indica tratarem-se, justamente, de lutas limitadas às questões pontuais. Entretanto, indo ao encontro da primeira ideia sobre o caráter pedagógico do conflito entre classes, são esses momentos de luta isolada que vão criando condições para a formação da classe operária, conforme uma das hipóteses de *A formação da classe operária inglesa*,<sup>29</sup> de Thompson.

\*\*\*

O mundo estava em ebulição no início da década de 1930. O capitalismo passava pela maior crise já registrada em sua história. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas assentava-se como a “pátria dos trabalhadores” e, mesmo que “deformada”, inegavelmente influenciava na organização das lutas operárias com o objetivo de construir uma sociedade mais justa. O nazi-fascismo surgia como uma alternativa capitalista ultraconservadora ao liberalismo.<sup>30</sup> Todos esses elementos ressoavam de alguma forma no Brasil e, mais especificamente, no estado do Rio Grande do Sul, portanto, também na Região do Baixo Jacuí<sup>31</sup>.

Em meio a toda essa efervescência havia também um sentimento legalista disseminado nos meios operários. Várias categorias tentavam encaminhar junto ao governo a regularização de seus sindicatos. Neste quadro, observa-se uma espécie de *euforia com as medidas sociais* do Governo Provisório de Getúlio Vargas, perceptível no espaço dado pela imprensa às novas leis trabalhistas e pela paciência do movimento operário em tentar resolver suas demandas dentro da legalidade, sem a utilização do recurso da greve.

No Brasil pós-1930, ocorreu o processo de implantação da estrutura sindical corporativa. Avista-se, segundo Fortes e Negro, neste momento, “na relação entre trabalhadores e Estado, a primeira crise em torno da intervenção normatizadora do Primeiro Governo Vargas. As greves adquiriram característica inusitada: lutavam pela aplicação da lei”. Nessas mobilizações, os trabalhadores dirigiam-se ao patronato, mas também ao governo, que se apresentava como possível mediador, ao mesmo tempo em que as exigências eram divulgadas ao público por meio da

26 ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

27 MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 145-152.

28 Todavia, é importante ressaltar, que Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotski observavam a greve com certa desconfiança. Para esses pensadores, muitas vezes a greve tornava-se uma ação rotineira de sindicatos conservadores no intuito de objetivos limitados. Ver verbete “Greve” em: BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

29 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa* (3 vol.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

30 HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

31 Pode-se perceber, no *Correio do Povo*, na edição de 31 de janeiro de 1933, que noticiou a insurgência de uma greve dos mineiros de carvão de São Jerônimo, em seu distrito de Butiá. O jornal informava sobre a nomeação de Adolf Hitler como chanceler do Reich e que estava para chegar em breve uma caravana Integralista, com Plínio Salgado à frente, para disseminar seus ideais no Rio Grande do Sul. Na ocasião, o periódico ainda desferia críticas à União Soviética.

imprensa regional e nacional. Assim, cada grupo de operários brasileiros, de certa forma e resguardadas suas especificidades, se integravam a um conjunto mais amplo.<sup>32</sup> Existia, aqui uma troca de experiências entre os diferentes operários no país e a classe trabalhadora do Rio Grande do Sul parece receber fortes influências, assim como, também, deve ter influenciado outras categorias. Provavelmente muitas experiências determinantes para as greves mineiras eram compartilhadas e possuíam relações com acontecimentos de outros estados da Federação.

Também se deve levar em conta os encontros entre as diversas categorias na região mineira do Rio Grande do Sul. As companhias carboníferas operacionalizavam seu próprio sistema de transporte e, pelo alto volume produzido por esse ramo, era necessária uma frota de grande porte, ou seja, “o escoamento desta produção [poderia estabelecer] vínculos entre os marítimos e os ferroviários, com relação aos mineiros”. Para Machado, portanto, deve ter havido uma inter-relação entre essas categorias, assim como também parece ter ocorrido influências do Partido Comunista do Brasil (PCB), pois havia uma célula sua em São Jerônimo, “sendo que um de seus militantes é preso em outubro de 1935, sob a alegação de distribuir ‘panfletos subversivos’” nas minas.<sup>33</sup> Infelizmente as fontes pesquisadas não nos fornecem informações que possam auxiliar no desenvolvimento de uma análise sobre a influência do Partido Comunista na Região. Apenas se sabe que nas décadas posteriores o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) teve muita influência na região e o comunista histórico, Manoel Jover Telles, trabalhou nas minas.<sup>34</sup>

Mesmo não sendo possível estabelecer melhores conexões entre partidos e movimentos políticos com as mobilizações mineiras, percebe-se que havia um elo, ausente nas fontes. Pode-se supor que as ideias progressistas circularam entre os mineiros. Desenvolvimentistas, trabalhistas, socialdemocratas, comunistas e anarquistas deveriam disputar, em alguma medida, influência entre as lideranças mineiras.

Ainda nesse contexto, o Governo Provisório de Vargas, ao se apresentar como mediador entre capital e trabalho, tentava reforçar as negociações através do Judiciário. Portanto, para compreender o movimento operário nesse momento, é importante entender o papel das leis e sua efetiva aplicação. Se certas interpretações da História Brasileira separaram a “lei” da “ação operária”, considerando a “lei” à margem do protagonismo dos trabalhadores, entendo – na trilha de uma série de novos estudos históricos e sociológicos – que a batalha pelo cumprimento das leis, a resistência no plano institucional dos sindicatos, a utilização da greve como instrumento de luta, mesmo que, na maioria das vezes, em função de causas econômicas pontuais de cada categoria, eram o *resultado da troca de experiências comuns, intercambiadas através das mais diferentes formas (partidos políticos, imprensa, congressos, uniões sindicais, atuação militante, conversas informais...), mas, acima de tudo, articuladas pelos próprios trabalhadores.*

32 FORTES e NEGRO. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”, p. 199.

33 MACHADO. *O movimento operário sindical, no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937*, pp. 187 e 212.

34 TELLES, Manoel Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962.

## Quebra-se a calma dos núcleos operários no Rio Grande do Sul

A manchete do jornal *Correio do Povo*, de 31 de janeiro de 1933, noticia que nas minas de Butiá, no município de São Jerônimo, no dia 28 de janeiro daquele ano, “levantaram-se em greve cerca de 400 operários [...]. Quebrando a calma que até agora se notava nos núcleos operários de todo o estado”.

A causa prioritária do protesto voltava-se contra a “falta de pagamento de seus salários, durante o ano passado [1932]”. Naquele mês, completava um ano inteiro sem pagamentos em dinheiro aos mineiros. No dia seguinte, o *Correio do Povo* ainda acrescentava outras reivindicações dos paredistas: a exigência de redução dos preços exorbitantes dos gêneros vendidos na Cooperativa e o aumento do salário dos tocadores de carros da mina.<sup>35</sup>

Os mineiros de carvão mobilizaram-se em greve após uma fase, segundo Petersen e Lucas, de “euforia dos anos 1931-1933, gerada pelas perspectivas de cumprimento de leis sociais há muito reivindicadas pelos trabalhadores”.<sup>36</sup> Entendo assim que os mineiros foram uma das primeiras categorias a vivenciar o que as autoras denominaram de período de “frustração dos anos 1934-1935 diante da resistência patronal em acolher a nova legislação”.<sup>37</sup> A paciência não foi tão grande assim e, no início do ano 1933, já observamos que as tentativas governamentais de conter as manifestações operárias não obtinham mais tanto resultado frente ao descumprimento dos acordos feitos junto ao patronato.

Segundo Alexandre Fortes, a mobilização dos padeiros de Porto Alegre, que ocorreu entre dezembro 1933 e janeiro 1934, foi o “ponto de inflexão marcante na relação entre movimento operário e Estado no Rio Grande do Sul”.<sup>38</sup> Todavia, quase um ano antes, nos primórdios de 1933, foram os mineiros de carvão os primeiros a romper com a aparente calma dos grupos operários, deflagrando uma greve que rendeu sérias preocupações aos governantes e aos patrões. Após a greve mineira, várias categorias foram se somando a um movimento maior de greves e mobilizações que formaram um padrão: a perda da paciência em esperar que as leis e os acordos mediados pela estrutura governamental surtiram efeitos frente a um patronato que insistia em manter as velhas práticas de exploração da classe trabalhadora.

Se os exemplos de interrupção do trabalho de outras categorias no Brasil podem tê-los influenciado através das notícias que chegavam a São Jerônimo ou a alguma articulação do Partido Comunista na localidade, de qualquer forma, entrar em greve não deve ter sido uma decisão fácil para os mineiros, sobretudo porque o Decreto nº. 21.396, de 12 de maio de 1932, que instituía as *Comissões Mistas de Conciliação* para dirimir dissídios entre empregadores e empregados, em

35 *Correio do Povo*, 01/02/1933.

36 PETERSEN, Sílvia R. Ferraz e LUCAS, Maria Elisabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Tchê!/Ed. da UFRGS, 1992. p. 335.

37 *Ibidem*. Houve greves no Rio Grande do Sul antes desse período e no imediato pós-1930. Como, por exemplo, em 24 de janeiro de 1931, em Porto Alegre, quando os alfaiates, que haviam fundado havia poucos dias a Associação dos Operários Alfaiates de Confecções, deixaram de trabalhar, reivindicando 30% de aumento salarial e uniformização das oito horas de trabalho. Ver KONRAD, Diorge Alceno. “O fantasma do medo. O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sociopolíticos (1930-1937)”. (Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 2004), p. 176. No entanto, é no período 1933-1934 que várias categorias entraram em greve porque compreenderam que os instrumentos de mediação governamental não surtiram efeitos.

38 FORTES (et al.). *Na luta por direitos*, p. 24.

seus artigos 16, 17 e 18, deixava claro que a suspensão do trabalho sem tentativa de entendimento prévio com os empregadores, ou “sem haver antes tentado, junto à Comissão, um acordo com os mesmos”, era ilegal, podendo resultar em demissões, multas e cassação do sindicato. Antecipo que, inicialmente, houve certa tolerância com essa atitude dos trabalhadores, mas, após 1935, os artigos citados foram utilizados pelo patronato para afastar lideranças grevistas, conforme veremos adiante.

Voltemos a 1933. Tomada a decisão de parar, uma comissão dos mineiros grevistas seguiu para a capital do estado a fim de se comunicar com o inspetor regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), Ernani de Oliveira, visando cientificá-lo da ocorrência, assim como notificar a mídia sobre o que se passava naquelas minas.

A redação da matéria que aborda o ocorrido avalia como “razoável e justo” e conclui que “parece viável” o atendimento da causa mineira. Nestas primeiras abordagens sobre as mobilizações mineiras, o jornal prestou-se a se solidarizar com a causa dos trabalhadores, porém imperava o tom apaziguador entre capital e trabalho, adicionando-se a exaltação ao esforço do Estado em dirimir tais querelas. A preocupação do texto reside em espantar uma possível influência comunista na tomada de decisão dos operários e caracterizá-la como pacífica e justa. Para tanto, afirma o texto jornalístico:

Trabalhando em diferentes afazeres, encontram-se nas minas de Butiá, centenas de operários, formando uma pequena povoação, digna de ser olhada, pelos inestimáveis serviços que presta à produção do carvão nacional. Naquele recanto do município de São Jerônimo, sem ócio e sem prazeres, aqueles elementos trabalhadores vivem resignados, tendo por única preocupação a atividade para o ganha-pão de cada dia. Somente de quando em quando têm contato com elementos estranhos ao seu meio, em dias que um ou outro forasteiro, ou pessoas de fora do nosso estado, interessadas em conhecer a extração do carvão rio-grandense, resolvem ali chegar para uma visita. Assim mesmo, os operários, na sua maioria nossos patrícios, não renegam tal sorte e muitos deles se deixam ficar por anos isolados no Butiá, que já é uma localidade bem característica de povoado<sup>39</sup>.

Percebe-se, então, a ação da *mina-com-vila-operária* no sistema *cottage system* e o relativo isolamento da região. Os mecanismos disciplinares da Companhia conseguiam, na maior parte do tempo, que aqueles trabalhadores vivessem “resignados, tendo por única preocupação a atividade para o ganha-pão de cada dia”. A paralização ocorria dentro de uma situação limite para os mineiros conforme continua o texto.

#### EXPLORADOS HÁ MAIS DE UM ANO

[...] Além da falta de pagamento dos seus salários, durante o ano de 1932, outro motivo para maior clamor os animara à parede. É que a cooperativa das Minas de Butiá tornara-se um polvo insaciável, cobrando exorbitante todos os gêneros de primeira necessidade. Essa ganância – conjeturavam agora os operários – representava apenas um meio de extorsão para arrancar-lhes insensivelmente os salários vencidos, de modo indireto, dadas as condições de atrasos em que se achavam. Tudo isso bem pensado, impossível foi conter a greve, que logo se generalizou. E numa solidariedade bem significativa, quatrocentos

39 *Correio do Povo*, 01/02/1933.

operários, até então pacíficos e indiferentes dos próprios sofrimentos, deixaram o trabalho, sábado último, nas Minas de Butiá, e começaram a pleitear seus direitos.

Esse noticiário aglutinou as reivindicações da categoria em três itens: pagamento dos salários atrasados por mais de ano, aumento salarial e redução dos preços exorbitantes da cooperativa. Assim, esses trabalhadores estavam lutando contra o já referido sistema de *truck*.

Percebo, nessa fonte jornalística, como uma novidade nas tradições de lutas dos mineiros, a oportunidade, nem sempre possível, daqueles trabalhadores exprimirem seu descontentamento à sociedade mais ampla, tornando público o porquê de sua luta. A própria mobilização, normalmente, tornar-se-ia em pauta jornalística importante naquele momento, porém os mineiros organizaram uma comissão que não apenas se dirigiu até o representante do Estado, no intuito de mediar e legalizar o movimento, mas também aos meios de comunicação, como forma de denunciar à sociedade e buscar apoio a sua causa: algo que não encontramos nos movimentos anteriores e só possível no contexto conjuntural do Governo Provisório: é em um momento como esse, quando se flexibilizou a repressão e os trabalhadores utilizaram algumas oportunidades para a deflagração da greve, que a “solidariedade bem significativa” daqueles trabalhadores apareceu como aglutinadora e emergente dos subterrâneos das minas, na forma da união dos “quatrocentos operários, até então pacíficos e indiferentes dos próprios sofrimentos”. Eles, portanto, perceberam-se claramente enquanto grupo que compartilhava experiências comuns, entendendo-se como “nós”, os “explorados há mais de um ano”, contra “eles”, as companhias, as quais, devido a sua “ganância utilizavam-se da extorsão para arrancar-lhes insensivelmente os salários vencidos, de modo indireto [...]”. Em decorrência, os mineiros ampliaram a luta por seus direitos, modificando e construindo novas estratégias de luta. Verifica-se, então, a objetivação de uma consciência de classe, expressa através da greve:

Como tudo cansa, quatrocentos operários das minas de Butiá, chegando à consciência de seus direitos, resolveram protestar contra as explorações de que estavam sendo vítimas. Consideraram a sua situação e depois de um balanço, chegaram a esta triste conclusão. Estavam abandonados, à míngua de recursos, com um ano de salários atrasados, sem ter quem deles se condoesse. Foi ante essa dolorosa realidade que os operários das minas de Butiá, entre o desespero e a desolação, resolveram fazer A GREVE. Embora, pacificamente, mas como um protesto contra a injustiça de que estavam sendo vítimas.<sup>40</sup>

Com a presença do inspetor regional do trabalho no local da greve, em companhia do 3º delegado de polícia, Dario Barbosa, iniciou-se um inquérito para apurar os fatos reclamados pelos mineiros. Os trabalhadores demandavam, junto às autoridades, o pagamento dos salários atrasados e a regulação dos preços dos gêneros do mercado controlado pela mina, considerados “extorsivos”.

A Inspetoria Regional do Trabalho, segundo o *Correio do Povo*, conseguiu conter os ânimos e acabou por firmar um acordo entre as partes. O inspetor e o delegado propuseram aos operários acabar com a greve por meio de um plebiscito. Durante a votação, também esteve presente o coronel José Maria Carvalho, prefeito

<sup>40</sup> *Correio do Povo*, 01/02/1933.

daquele município. Na apuração final, obteve-se 336 votos de operários a favor do encerramento da greve e 66 contra.<sup>41</sup>

Terminada a greve, a Inspetoria garantiu que a empresa carbonífera iria “de agora em diante, pagar, com pontualidade, mensalmente, os seus operários”. Os agentes do Estado também examinaram e, conseqüentemente, reduziram os preços cobrados na cooperativa. Por fim, acordou-se em aceitar a diária de 12\$000 para os tocadores de carros, em vez dos 15\$000 reivindicados.

Durante as mediações entre grevistas e a Companhia, o Estado esteve representado na figura de um mediador do MTIC, no mínimo, por mais dois oficiais das forças de repressão: um policial e um militar (esse último na condição de prefeito). Soma-se a isso, a presença de grande aparato militar na região. Desde o dia 31 de janeiro, em São Jerônimo, pousaram três aviões da Marinha, acompanhando “dois altos funcionários do Lloyd Nacional”, os quais vieram observar o carvão de Arroio dos Ratos. A partir de 2 de fevereiro, encontrava-se, “nas Minas de Butiá, um destacamento do 3º Batalhão da Brigada Militar, sob o comando do tenente Couto”. Longe de qualquer “teoria conspiratória”, deve-se ter em mente que o movimento operário normalmente era tratado como caso de polícia. Assim, para bem compreender a presença destas forças na Região Carbonífera do Rio Grande do Sul, naquele momento, deve-se lembrar do valor estratégico que o carvão possuía em uma conjuntura de acirramento dos ânimos nas relações internacionais, pois a interrupção da produção deste minério poderia significar prejuízos para muitos setores vitais da economia e da defesa nacionais, como os transportes férreos, fluviais e o fornecimento de energia elétrica, por exemplo.

Inegavelmente, o Estado e as forças de repressão possuíam um alto poder coercitivo, porém, parece que neste primeiro momento as coisas foram resolvidas com muito diálogo e pouca intimidação explícita.<sup>42</sup> Até porque o papel que o Governo Provisório assume é de *conciliação entre as classes*. E, nesse sentido, o inspetor regional do trabalho, Ernani de Oliveira, segundo o *Correio do Povo*, ficou alguns dias na região para fazer “doutrinação [...] ao operariado, quanto aos seus direitos e deveres, aconselhou-os a se sindicalizar, como meio prático e legal de resolver, sem os recursos extremos da greve, qualquer questão que venha a surgir futuramente”. Dessa forma, ficou acertada na mesma reunião que aceitou o fim da greve a *deliberação para fundar o sindicato dos mineiros de Butiá*, sendo iniciados os trâmites para o seu reconhecimento junto às autoridades.<sup>43</sup>

Poucos dias após essa primeira mobilização mineira, durante o governo provisório, ocorreu, em âmbito estadual, em 3 de fevereiro, o Congresso Operário para a (re)fundação da *Federação Operária do Rio Grande do Sul* (FORGS),<sup>44</sup>

41 *Correio do Povo*, 01/02/1933.

42 Considero que, durante o ano de 1933 e parte de 1934, ocorreu uma amenização da repressão quando o projeto de “conciliação de classes” tentou convencer os trabalhadores de que o governo procurava o diálogo como forma de solução das contradições entre capital e trabalho. Como o patronato descumpria os acordos, o movimento operário aproveitou a brecha da repressão e intensificou suas mobilizações, fato que teve como resposta a retomada da repressão ao final de 1934, início de 1935. Em 1933, todo o aparelho de repressão estava à disposição dos interesses patronais e, inegavelmente, foram utilizados, mas de maneira qualitativamente diferente das formas anteriores. Durante todo o ano de 1933 não ocorreu utilização da força para a repressão ao movimento operário na Região Carbonífera do Rio Grande do Sul. O aparelho repressivo estava lá, intimidando, mas não foi utilizado com intervenções de violência física e prisões de militantes.

43 *Correio do Povo*, 02/02/1933.

44 Conforme Álvaro Barreto, a FORGS existiu, desde 1906, dirigida pela corrente socialista, a qual foi substituída pela anarquista em 1912, predominando no meio dos trabalhadores organizados até os anos 1920 quando, em data incerta, desapareceu. A FORGS surgida em 1933, que editou um jornal com o mesmo nome do antigo *A Voz do Trabalhador*, não possuiria, segundo o autor, vinculação com a predecessora.

organização que influenciou de maneira decisiva nas experiências mineiras de São Jerônimo. No evento, também se definiu a criação do jornal da entidade; o propósito deste seria levantar “o proletariado deste estado ao seu verdadeiro nível, por meio de conquistas pacíficas e inteligentes”.<sup>45</sup>

A FORGS dos anos 1930 era uma federação nova, sem continuidade com a antiga homônima, principalmente pela sua refundação ser forjada como instrumento disciplinador do Estado no intuito de garantir a implantação das novas leis sociais. O objetivo do governo era a constituição de um sistema corporativista equilibrado pela mão forte do Estado, entretanto as novas leis sociais eram seguidamente desrespeitadas pelo patronato. Foi por este motivo que a FORGS logo rompeu com o MTIC, ainda no final de 1933, já que este não estava conseguindo fazer cumprir a nova legislação. No final de 1934, a organização já havia rompido definitivamente com o governo quando o Estado sufocou diversas greves apoiadas pela Federação. Seria questão de tempo o seu fechamento e consequente desaparecimento.<sup>46</sup>

Ainda sobre a greve em Butiá, esta chegou a repercutir em nível nacional. Tanto que, o então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Joaquim Pedro Salgado Filho, enviou para o Rio Grande do Sul, Valdir Niemeyer, o secretário do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), a fim de acompanhar o processo de sindicalização no estado. Logo ao chegar, se dirigiu direto para as minas de carvão.<sup>47</sup> Acompanhado do inspetor regional do trabalho, Ernani de Oliveira, Niemeyer foi “visitar” as minas de Arroio dos Ratos. A movimentação operária em São Jerônimo desencadeou uma preocupação crescente das autoridades no intuito de enquadrar as lideranças mineiras dentro do esquema corporativista. Antes mesmo da greve de Butiá, os mineiros de Arroio dos Ratos já estavam tentando organizar o seu sindicato e, dessa forma, acrescido à mobilização de Butiá, o representante do MTIC foi inspecionar diretamente a formação do sindicato mineiro. Ao cobrir o fato, o jornal *Correio do Povo* assinalou a importância do mineral para o governo federal, ressaltando que as companhias carboníferas estavam “rasgando horizontes para a economia nacional, elevando a nossa riqueza e caminhando para a nossa emancipação da importação de carvão estrangeiro”. O representante do MTIC deixou encaminhado nas minas uma direção provisória e um local, cedido pela própria Companhia, para as reuniões do futuro sindicato. O Sindicato dos Mineiros de Carvão de Arroio dos Ratos teria sido fundado em 1º de janeiro de 1933 e reconhecido em 5 de junho daquele ano pelo MTIC,<sup>48</sup> talvez, orientado pela FORGS.

Aquele início de 1933 marcava uma maior inserção dos mineiros de carvão na política através da sindicalização e da greve. Dessa forma, ao que tudo indica, após os “problemas” verificados com os mineiros de Butiá, o referido Ministério se preocupou com a mina vizinha aos grevistas, levando em conta que, somente em Arroio dos Ratos, havia aproximadamente “um milhar e meio de operários” que ganhavam “o pão com o suor honrado de sua frente” e uma população que chegava a 7.000 pessoas.<sup>49</sup> Somente aquele distrito fornecia “diariamente ao Rio

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. “O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os círculos operários (1932-1935)”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996), p. 13-16.

45 *Correio do Povo*, 02/02/1933 e 03/02/1933.

46 BARRETO. “O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS”, p. 13-16.

47 *Correio do Povo*, 16/02/1933.

48 *Estatutos do Sindicato dos Mineiros e Classes Annexas do Município de São Jerônimo*, 1938. Localizado no Museu Estadual do Carvão/RS.

49 *Correio do Povo*, 26/04/1933.

Grande e ao Brasil mil e quinhentas toneladas do produto” guardado pela terra “avaramente em seu seio” e que era a “alavanca” com que se movimentava “em todo mundo o carro pesado do progresso, o maravilhoso ouro negro, o carvão”. Controlar aqueles trabalhadores devia ser um objetivo importante para o governo federal, pois era preciso evitar que esses sofressem influências dos mineiros mais “vanguardistas” de Butiá e da mobilização paredista que agitava a região.

O MTIC preocupou-se em manter sob controle Arroio dos Ratos, a maior comunidade mineira da região. Apesar disso, parece ter se esquecido dos demais trabalhadores de São Jerônimo e a atenção direcionada para uma mina específica pode ter descontentado outras agrupações mineiras do município. Possivelmente a partir desse momento os mineiros sabiam de sua importância para o governo e já conheciam alguns caminhos para chamar a atenção aos seus problemas. Assim, novas mobilizações começaram a aparecer.

Os mineiros de Recreio, também um distrito de São Jerônimo, no início de julho de 1933, entraram em greve por não receberem seus salários e pelo alimento vendido através de vales pela Companhia ser insuficiente.<sup>50</sup> Levaram suas reclamações à Inspetoria Regional do Trabalho que se dirigiu ao local e, averiguando as irregularidades, acabou por firmar um contrato entre o sindicato e direção da mina, estabelecendo que a Companhia fornecesse o necessário para suprir os operários e suas famílias; que pagasse ao sindicato a quantia de 8:000\$000, a fim de que essa soma fosse redistribuída entre os mineiros como parte dos salários atrasados; que os pagamentos fossem efetuados todo mês no dia 10 e que, por algum período, ocorresse um acréscimo para compensar os atrasados; que os preços da Cooperativa fossem reduzidos; que um médico visitasse a mina semanalmente, que este fosse buscado de automóvel em caso de emergência, e também que fossem fornecidos medicamentos aos trabalhadores e suas famílias. Em contrapartida, também ficou firmado que o sindicato iria cobrar uma mensalidade de 6\$000 dos trabalhadores casados e de 4\$000 dos solteiros para ajudar a manter os serviços médicos. Além disso, os mineiros voltariam ao serviço no dia 12 de julho de 1933.

Contudo, os mineiros do Recreio retornaram ao estado de greve em 17 de agosto de 1933. Em matéria publicada no *Correio do Povo*, destacou-se a condição em que se encontravam aqueles trabalhadores e o que motivou a mobilização: “SEM PÃO E SEM RECURSOS”.<sup>51</sup> Assim, em vez da situação dos mineiros de Recreio melhorar após a mediação do governo, muito pelo contrário, suas condições de vida e trabalho pioraram, segundo a própria avaliação da categoria. Em represália à manifestação dos trabalhadores, a diretoria da Companhia continuou não pagando seus salários e cancelou o reabastecimento de alimentos “para o seu sustento e de suas famílias”. Os mineiros começaram então a passar por privações das mais inumanas, pois não possuíam dinheiro para comprar em outro lugar, o que revelava a eficácia da tentativa de imobilização dos trabalhadores através do controle mercantil. Os operários relataram que estavam vivendo há mais de um ano em “cativeiro” e, por não receberem seus salários por igual período, dependiam da “boa vontade” da empresa em lhes ceder alimentos através do mercado da Companhia, ao mesmo tempo em que esta os endividava através dos preços extorsivos cobrados por produtos de mais ínfima qualidade. Aqui, percebe-

50 *Correio do Povo*, 20/08/1933. Não encontrei nenhum relato que tratasse diretamente sobre a deflagração da greve de julho de 1933. Assim, não sei a data exata do início. Conheço apenas a referência nesta matéria ao seu término em 12 de julho de 1933.

51 *Correio do Povo*, 20/08/1933.



se parte da eficácia do sistema *mina-com-vila-operária* com *cottage* e *truck system*. Ainda, segundo o *Correio do Povo*,

Desesperados ante tão dura contingência, como vieram relatar ao ‘Correio do Povo’, os referidos operários resolveram [...] abandonar o trabalho, levados mais pelo instinto de conservação do que como sinal de protesto ou intuítos de causar prejuízos à propriedade de seu patrão. Deixaram o serviço logicamente, por lhes faltar força e lhes ser absolutamente impossível dispender atividade, em estado quase de inanição. Isto veio dizer-nos a comissão de operários que dali chegou, ontem, para formular a reclamação ao sr. Ernani Oliveira.<sup>52</sup>

Pelo jeito, esses operários aprenderam com as greves recentes na Região Carbonífera e tentaram trilhar caminhos semelhantes. O sindicato enviou uma comissão que tinha por objetivo divulgar a sua situação à imprensa em busca de solidariedade e entrar em contato com o representante do MTIC, a fim de assegurar as tratativas feitas durante a greve anterior, mas que não foram cumpridas por parte da Companhia. Ao inspetor regional do trabalho foi entregue um ofício que dizia:

Devido à falta de víveres e higiene, os filhos destes trabalhadores tornam-se raquíticos, circunstância esta que contribui assim para o enfraquecimento da raça, fazendo-os imprestáveis para o futuro [...]. Que estes trabalhadores por falta de víveres vêm-se na dura contingência de tapar os ouvidos aos clamores dos seus filhos que reclamam: ‘Pão’. [...] Afirmamos que o relato acima é a mais pura e real verdade, portanto apelamos e pedimos a V.S. que nos faça Justiça.

69

A FORGS, representada pelo secretário geral Policarpo Hibernon Machado, também entregou um ofício ao inspetor do MTIC, informando que a Federação esperava, “do alto espírito de justiça de V.S. mais esse benefício em prol das classes trabalhadoras” e sabendo que Ernani de Oliveira estava pronto “a solucionar as causas entre o capital e o trabalho” quando eram consideradas “justas”.

Não sabemos detalhes sobre o desfecho deste enfrentamento, mas provavelmente a Inspetoria deve ter mediado o conflito e convencido os operários a voltarem ao serviço. Entretanto, o órgão fiscalizador do governo não convenceu a Companhia a cumprir suas obrigações trabalhistas, pois, no dia 12 de setembro de 1933, aqueles mesmos mineiros retornaram à redação do *Correio do Povo* – uma maneira de tornarem públicas as suas reivindicações – com uma comissão de sete operários informando que, apesar das “duras privações”, se conservavam ainda no trabalho. Assim, “vieram em busca de ajuda, pois não sabiam mais o que fazer, já que a Inspetoria não resolvia seus impasses com a empresa, que continuava sem lhes pagar a quantia devida há mais de ano e mantinha os operários à míngua”. Deste modo, ao “não obterem por parte da Inspetoria do Ministério do Trabalho a execução da lei”, afirmavam que “todas as esperanças” acabavam de “[...] falecer, dada a falta de amparo”.<sup>53</sup>

Estavam acompanhados do secretário da FORGS, que afirmou ao periódico: “Infelizmente já esgotou todos os recursos amigáveis para uma solução pacífica”. A primeira atitude dos trabalhadores foi contratar o advogado Mem de Sá “para promover judicialmente a cobrança do débito”, o que revela, mais uma vez, uma

52 *Correio do Povo*, 20/08/1933.

53 *Correio do Povo*, 12/09/1933.

relativa, porém persistente, confiança na arena jurídica para tentar dirimir suas demandas.

Nas minas de Arroio dos Ratos, apesar da relativa atmosfera harmoniosa, um ano após a fundação do sindicato naquele distrito minerador, a maior comunidade de mineiros de São Jerônimo entrou em greve, em 15 de outubro de 1934, com 2.064 paredistas. Mais uma vez, o inspetor regional do trabalho, Ernani de Oliveira, partiu às pressas para a localidade em uma lancha especial assim que ficou sabendo da paralisação.<sup>54</sup>

Assim como fez quando, logo depois, o sindicato de Butiá – ainda sem reconhecimento do MTIC – recorreu novamente ao instrumento da greve no dia 11 de dezembro de 1934,<sup>55</sup> quando fora decidida em assembleia geral, por unanimidade de votos, por mais de setecentos trabalhadores. Dessa forma, mais de 1.000 mineiros paralisaram as suas atividades organizadas por sua entidade sindical. Supõe-se que, mais uma vez, nos dois casos, o inspetor conseguiu convencer os operários a retornarem ao trabalho rapidamente.<sup>56</sup>

Mesmo os operários tendo decidido o retorno ao trabalho, a Companhia, em represália, demitiu 18 operários envolvidos com a direção do sindicato de Butiá. Estes sindicalistas reclamaram à Inspeção Regional do MTIC e iniciaram uma tentativa de conciliação. No processo, os mineiros argumentavam que a atitude da empresa teve o “propósito deliberado de impedir que fossem os estatutos dessa entidade de classe adaptados de conformidade com o último decreto do governo e para evitar o seu reconhecimento pelo MTIC”.<sup>57</sup>

Não tendo a Inspeção o poder de fazer a Companhia cumprir as resoluções, encaminhou-se o processo à Junta de Conciliação e Julgamento, mas esta devolveu à Inspeção sob o fundamento de que os “operários despedidos não tinham o direito de reclamar por não ter sido ainda reconhecido o seu sindicato”.<sup>58</sup> A Inspeção ainda argumentou que já havia aberto o pedido de regularização há muito tempo e aguardava apenas a sua adaptação a um novo decreto para ser, então, reconhecido. Tal imbróglia jurídica revela a estratégia bem sucedida adotada pela Companhia para, simultaneamente, demitir representantes dos trabalhadores grevistas, principalmente as lideranças, e evitar a sindicalização daqueles mineiros. O estado de implantação de novas leis ainda incipientes e, por isso mesmo, experimentais e contraditórias, oportunizava uma situação na qual o agente social que melhor articulasse e dominasse as possibilidades interpretativas da legislação ganhasse vantagem. Todavia, as companhias, detentoras do poder econômico, influentes dentro dos círculos do poder político, ficavam, sem dúvida alguma, em vantagem sobre os mineiros.

Criava-se toda uma situação desconcertante ao poder público. A Inspeção Regional do Trabalho não possuía o poder de efetivação das leis, mas compreendia que os mineiros estavam com a razão. A Junta de Conciliação e Julgamento não podia julgar o processo por causa do imbróglia jurídico criado: sem sindicato reconhecido, os operários não podiam exigir direitos. Soma-se a isso, uma apelação da empresa, colocando em dúvida quem teria a função de realizar tal julgamento. Em conclusão, a Junta decidiu enviar um telegrama ao ministro do Trabalho, consultando-o a respeito do caso. Porém, devido ao caráter lacunar das

54 *Correio do Povo*, 14/10/1934.

55 *Correio do Povo*, 12/12/1934.

56 *Correio do Povo*, 08/12/1935.

57 *Correio do Povo*, 08/12/1935.

58 *Correio do Povo*, 08/12/1935.

fontes pesquisadas, não foi possível acompanhar a posição do Ministério naquele momento.

Os mineiros de Butiá vendo seu sindicato ser desarticulado ao perder sua sede e sua estrutura, assim como não poderem utilizar a entidade como pessoa jurídica e representativa nas negociações com patrões e Estado, acabaram por se integrar ao sindicato da comunidade irmã, o sindicato de Arroio dos Ratos, o único da região reconhecido pelo MTIC. Dessa forma, alteraram sua denominação para Sindicato dos Mineiros e Classes Anexas do Município de São Jerônimo. Essa reestruturação sindical acarretou a possibilidade de qualquer mineiro daquela localidade se associar à entidade.

Dessa forma, tanto empresários como trabalhadores buscavam usar a Legislação Trabalhista – que ainda estava em fase de implantação e, portanto, sujeita ao “teste de prática” – a seu favor, aproveitando-se das brechas que lhes favorecessem.

Parece que o processo de sindicalização, dentro do esquema corporativista, principiava a sair do controle pensado pelos governantes. Os trabalhadores começaram a perder a paciência com o recorrente descumprimento das leis e dos acordos trabalhistas por parte do patronato. Em meio a isso, o sistema corporativista mostrava-se ineficaz como instrumento de mediação entre classes e, principalmente, como forma de acalmar os ânimos dos operários.

Parece importante reforçar que, provavelmente, enquanto os *trabalhadores pressionavam as lideranças operárias de São Jerônimo a tomarem atitudes mais radicais, as lideranças não pretendiam extrapolar o âmbito legal e solicitavam paciência aos operários*. Tanto, que na assembleia ao ar livre realizada pelos mineiros para celebrar a união entre os trabalhadores de ambas as minas, e como forma de protesto pela perda da sede naquele distrito, o consultor jurídico da entidade clamou aos trabalhadores por manterem-se pacientes, mesmo dadas as ações intransigentes da Companhia de Butiá, porque os trabalhadores estavam, naquele momento, todos filiados ao sindicato de Arroio dos Ratos. Por esse motivo, ele nutria “a esperança de que os poderes públicos agiriam com justiça no trato das questões reclamadas pelos operários”. O advogado ainda afirmou que tais poderes públicos resolveriam as injustas “dispensas do trabalho, férias, higiene, cuidado aos acidentados, água, equidade nos salários e baixa dos gêneros de primeira necessidade ali vendidos a alto preço”.<sup>59</sup>

A questão, após vários entraves, se arrastou até o final de 1937. Sem previsão de resolução, a Companhia de Butiá e o Sindicato dos Mineiros acordaram por levar a um último árbitro sem possibilidade de mais recursos. O juiz indicado pelo inspetor regional do MTIC, Júlio Casado, em sua sentença, declarou que a greve dos mineiros de Butiá de 1934 fora causada

por um motivo evidentemente fútil e é duplamente injusta... porque representou um abuso de força numérica objetivada numa exigência absurda de demissão de um empregado um motivo de ordem inteiramente particular, que nada tinha com os interesses da classe ou da profissão... porque foi deflagrada sem que houvesse a prévia tentativa de conciliação e arbitramento.<sup>60</sup>

59 *Correio do Povo*, 08/12/1935.

60 *Correio do Povo*, 25/03/1938.

Por fim, os mineiros de Butiá, ao “se afastarem com prejuízo moral e material da Companhia [...] oferecem justa causa para a sua demissão”. Dessa forma, 18 mineiros foram demitidos sem direito a indenização.

O resultado do processo envolvendo a formação do sindicato de Butiá foi resolvido apenas nos primeiros meses do Estado Novo, implantado em 10 de novembro de 1937. Não por acaso, a punição exemplar aos mineiros refletia a postura do governo de perseguição às lideranças mais combativas dos trabalhadores e a qualquer movimento organizado que extrapolasse os limites do sindicalismo corporativista.

## Conclusão

O surgimento de novas leis sociais dentro de um aparato paternalista possibilitou aprendizados que se estenderam às lutas coletivas na tentativa de organizarem seus sindicatos e greves a partir do marco legal, oportunizado pela implantação do corporativismo que, em essência, pretendia apaziguar os conflitos de classe de modo a tentar controlar os sindicatos. Todavia, o mesmo paternalismo, que pretendia impedir a radicalização do movimento operário, era subvertido em diversos momentos, a partir da pressão das bases. Se por um lado, o Estado não conseguiu forçar o patronato a cumprir a Legislação, por outro, os operários explicitaram as suas insatisfações, recorrendo às táticas de paralização da produção capitalista, única forma *aparentemente* legal de pressionar o patronato ao impedir durante um tempo o lucro das classes dirigentes. Cabe ressaltar que as greves, em essência, eram ilegais e extrapolavam os marcos da “lei”. Entretanto, os mineiros tentavam “legalizar” a greve enquanto ela ocorria, a partir de uma série de artimanhas, pelas margens. Outra experiência marcante que se pode indicar foi o contato com outras categorias, acentuado pelo apoio da FORGS que ampliou esta rede. Por fim, a união entre mineiros de Butiá e de Arroio dos Ratos aumentava o poder de pressão da categoria através dos meios institucionais.

O movimento mineiro tentou por todas as vias manter-se na legalidade e não utilizar o instrumento da greve, porém a própria ilegalidade patronal de não cumprimento das leis e dos acordos e a ineficácia do sistema corporativista incipiente limitavam os caminhos a serem trilhados e levavam os trabalhadores à radicalização de suas ações. Não falo aqui de ação revolucionária por parte desses operários, mas de uma transgressão da institucionalidade, recém constituída pelas novas leis sindicais, até porque a luta dos trabalhadores era justamente a efetivação das leis existentes e a interpretação ao seu favor, forçando, ao máximo, os seus limites, em um contexto demarcado pela ilicitude das classes dominantes, ainda saudosas das políticas liberais que caracterizavam a República Velha.

Apesar das duras condições de vida dos mineiros de carvão de São Jerônimo, não foram encontrados mais relatos sobre mobilizações de maior fôlego até o final da década de 1930 e de greves mineiras até 1944<sup>61</sup> e – ao menos no que tange à conjuntura em tela – os acontecimentos conjunturais do final de 1934, início de 1935, explicam em parte esse refluxo do movimento operário no Rio Grande do Sul.

61 Sobre a greve dos mineiros de 1945, ver KONRAD, Gláucia. “Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: Um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)”. (Tese de Doutorado, Campinas: IFCH-UNICAMP, 2006); e SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos – as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUHRS, 2014.

Ao final do ano de 1934 início de 1935, a imprensa abandonou qualquer tom conciliador e percebem-se apenas as já tradicionais posições de ataque ao movimento operário. As sindicalizações e algumas greves, que eram toleradas em 1933, não eram mais toleradas em 1935, porque as pautas das greves começavam a tomar caráter mais geral e classista, não apenas questões pontuais das categorias.

Inegavelmente, percebe-se o caráter pedagógico da greve no caso dos mineiros de carvão de São Jerônimo. Mesmo com as desavenças e os severos importunos que as paralisações causavam no seio da comunidade dentro do processo aqui analisado, observei suas posturas gradualmente se acirrando e tomando proporções maiores, não apenas para a greve, pois os mineiros iam aprendendo a se organizar de maneira mais eficiente para conquistar suas demandas. Apenas a partir da imposição do Estado Novo e sua massiva repressão fizeram cessar, por um intervalo de tempo, as manifestações mineiras. Porém, em breve, movimentos por melhores condições de vida por parte dos mineiros retornarão com força revigorada e aperfeiçoada a partir, em grande medida, das experiências aqui analisadas nas décadas de 1940 e 1950; mas esta é outra história (posterior ao recorte temporal deste artigo) tratada com muita propriedade por Clarice Speranza.<sup>62</sup>

Este caminho mostra que os mineiros de São Jerônimo, a partir de conjunturas favoráveis, influências políticas possivelmente “radicais”, e inteligência própria, desenvolveram novas estratégias de luta e resistência que oportunizaram maior coesão entre eles; apropriaram-se do discurso jurídico a seu favor; organizaram-se conforme as possibilidades históricas abertas naquele contexto; mobilizaram-se com base em reivindicações pontuais, mas que reforçavam a coesão da categoria para lutas mais amplas; e auxiliaram-se mutuamente, conforme seus costumes em comum, especialmente através da demarcada tradição de solidariedade e companheirismo. Enfim, foram inovando nas suas formas de luta, as quais eram motivadas por uma tradição de resistência construída *pela*, mas que também se tornou motivadora *de*, sua consciência de classe. Naquele momento, esses trabalhadores se autorrepresentaram conscientemente enquanto classe social.

O período 1933-1935 é curto em termos cronológicos, mas de intenso movimento dos trabalhadores. Nele, percebemos ao invés de disciplinarização, cooptação e controle por parte do Estado, o protagonismo operário com grandes mobilizações de trabalhadores e o uso, por parte destes, de variadas formas de pressão e negociação. Entretanto, se os conflitos de classe acirravam-se e o movimento operário ganhava forças, a partir de 1935 iniciou-se uma escalada repressiva – normalmente utilizando a desculpa do “perigo comunista” – que desarticulou os trabalhadores.<sup>63</sup>

Nesse sentido, em novembro de 1935, o levante comunista, conhecido pejorativamente por “Intentona Comunista”, e a forte repressão do governo criaram uma situação quando se cerraram as fileiras ideológicas e principiou-se uma tentativa por parte do governo de expurgar “influências exógenas” às ideias getulistas. Esse acirramento ideológico infringiu duras penalidades ao movimento operário que foi de maneira crescente sendo reprimido até culminar no regime autoritário do Estado Novo.

O prefeito de São Jerônimo, Alfredo Simch, após a implantação da ditadura de 1937, remeteu um relatório ao interventor do Estado para informar que a população da cidade de São Jerônimo recebeu muito bem as medidas do Estado

62 SPERANZA, C. G. *Cavando direitos*.

63 FORTES e NEGRO. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”, p. 200.

Novo e que aquele grande centro obreiro, no qual ainda era “sensível o elemento estrangeiro, não acusava senão esporadicamente tipos de ideias comunistas e, mesmo assim, sem projeção. [...]” Concluía, ainda, que este elemento conhecido e fichado, fora dali afastado, sendo que o tenente Lucio Caldas, “executor da Lei de Segurança Nacional e da Polícia Militar” tomou todas as medidas de segurança para inibir comunistas e desarmar os mineiros (sic) na região para defender o regime”, enquanto a “polícia também dissolveu os grupos adeptos ao integralismo após a intentona integralista”. Curiosamente, o prefeito justificava a impossibilidade de distribuir delegacias nos distritos de São Jerônimo porque o município tinha problemas em conseguir terrenos, pois “praticamente tudo” pertencia às companhias.<sup>64</sup>

Recebido em 22/11/2015

Aprovado em 16/01/2016

64 Prefeitura Municipal de São Jerônimo. Relatório apresentado a S. Exa., o Dr. Miguel Tostes, D. D. Secretário de Estado dos Negócios do Interior pelo prefeito municipal, Dr. Alfredo Simch e relativo ao 1º semestre de 1938. Fundo municípios. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.